



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

NATACHA SUELEN BERTINI

TEA, INCLUSÃO OU INSERÇÃO?

TAGUAÍ – SP
2023



NATACHA SUELEN BERTINI

TEA, INCLUSÃO OU INSERÇÃO?

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado no curso de Graduação em
Pedagogia nas Faculdades Integradas de
Taguaí sob a orientação do Orientador:
Prof. Esp. Luiz Alcides José Oliveira

**TAGUAÍ – SP
2023**

TEA, INCLUSÃO OU INSERÇÃO?

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Prof. Esp. Luiz Alcides José Oliveira apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de graduado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Luiz Alcides José Oliveira
Orientador

Prof. Me. José Dienison de Chechi
Banca Examinadora

Prof. Me. Emerson Carlos de Almeida
Banca Examinadora

Agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada, agradeço a meus professores e aos meus colegas que me ajudaram na conclusão desse artigo científico.

RESUMO

O presente trabalho apresenta informações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), um distúrbio que afeta o desenvolvimento humano e geralmente se manifesta antes dos três anos de idade, acompanhando o indivíduo ao longo de toda a vida. O objetivo é apresentar de forma sucinta as definições, incidência, causas, sintomas e manifestações mais comuns do TEA, além de discutir como é feito o diagnóstico e como os professores podem agir em sala de aula com alunos autistas. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando livros, artigos e sites da área da educação. A proposta é fornecer um conhecimento teórico que possa contribuir para a melhor compreensão do TEA e para a adoção de uma abordagem pedagógica mais eficaz na inclusão social dessas crianças. O foco do trabalho é baseado no conhecimento adquirido por meio de pesquisas bibliográficas e na descrição de experimentos realizados por profissionais da educação no tratamento cotidiano de seus alunos autistas. Espera-se que as informações apresentadas neste trabalho possam servir como um guia útil para os professores lidarem com os desafios apresentados pelo TEA.

Palavras-chave: Autismo; Definição; Sintomas; Inclusão escolar.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as concepções teóricas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e discutir estratégias para a inclusão de crianças autistas no contexto escolar. Serão abordadas as diferentes manifestações clínicas do TEA, a tríade que caracteriza o transtorno, bem como a incidência e as possíveis causas do autismo. Será também apresentado o processo diagnóstico, que é baseado em escalas, questionários e critérios clínicos. O tratamento do autismo será discutido, destacando-se a importância de programas individualizados para cada criança, que incluam a redução de problemas de comportamento, a orientação à família e a promoção da autonomia e da comunicação não verbal. Serão apresentadas ainda condutas que podem contribuir para a inclusão pedagógica do aluno autista na rede regular de ensino. A inclusão do aluno autista é um desafio, mas é fundamental para a garantia dos direitos e do desenvolvimento pleno dessa criança.

Com base nos estudos dos autores BRUNI (2013), CUNHA (2012), SASSAKI (2003) , o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta diversas manifestações clínicas no comportamento infantil, o que pode dificultar o diagnóstico, especialmente considerando que a aparência física das crianças autistas geralmente é saudável. O autismo é caracterizado por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, formando a tríade citada por estudiosos do tema. Neste trabalho, serão abordados de forma mais específica os três desvios da tríade autista, bem como a incidência do transtorno, que, segundo alguns autores, é mais prevalente em indivíduos do sexo masculino, independentemente de raça, classe social ou credo. Embora exista uma corrente teórica que acredita na relação do autismo com a frieza ou rejeição materna, tal teoria encontra-se enfraquecida, uma vez que outros autores afirmam que as causas do autismo são ainda desconhecidas para a ciência.

A princípio, tratando-se de bebês as manifestações mais comuns, segundo os relatos de pais, apresentados pelos autores são o fato de o bebê apresentar-se demasiadamente calmo, sonolento ou mesmo chorar de maneira inconsolável por grandes períodos. E ainda aparentar desprezo por situações de aconchego, de colo. Posteriormente os pais notaram outras diversas manifestações como o fato do bebê não imitar, não aprender a se comunicar com gestos e também não compartilhar

emoções. E outras manifestações da síndrome que comporão a tríade que veremos no decorrer deste trabalho.

O diagnóstico deve ser feito por um profissional com formação em medicina e ampla experiência clínica. Ainda não existem exames laboratoriais específicos para identificação desta síndrome, o diagnóstico baseia-se em escalas, questionários e critérios.

Os autores estudados afirmam que o acompanhamento do indivíduo autista, cujo termo foi criado pelo médico austríaco Hans Asperger em 1944 e que pertence a uma categoria específica de distúrbios, deve ser feito por meio de intervenção medicamentosa quando necessário e de programas individualizados que considerem as particularidades de cada criança. Esses programas visam reduzir problemas de comportamento, orientar as famílias, estimular a autonomia, a comunicação não verbal e diminuir as tendências repetitivas de comportamento. Segundo os autores, é possível que a maioria das crianças e adolescentes com esses distúrbios frequentem a rede regular de ensino. No decorrer deste trabalho, serão abordadas condutas que, de acordo com os autores estudados, podem contribuir de maneira mais eficaz na condução pedagógica do aluno autista.

O objetivo deste trabalho é realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e apresentar de forma clara e objetiva as informações obtidas. Pretende-se abordar diferentes aspectos relacionados ao TEA, incluindo suas características, formas de diagnóstico, tratamentos e abordagens pedagógicas mais eficazes para a inclusão desses indivíduos na sociedade. A intenção é contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o TEA e para o desenvolvimento de práticas mais adequadas para o atendimento das necessidades dessas pessoas.

No presente trabalho, a metodologia de pesquisa bibliográfica foi adotada para a elaboração da fundamentação teórica acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram utilizados livros e artigos científicos que abordam o tema, buscando informações atualizadas e relevantes que permitam um entendimento mais completo sobre o assunto. A partir da análise e interpretação das informações contidas nas fontes selecionadas, foi possível elaborar uma discussão que abrange diferentes aspectos relacionados ao TEA, incluindo suas características, formas de diagnóstico, tratamentos e abordagens pedagógicas mais eficazes para a inclusão desses indivíduos na sociedade. O resultado dessa pesquisa bibliográfica será apresentado

de forma clara e objetiva, buscando contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o TEA e para o desenvolvimento de práticas mais adequadas para o atendimento das necessidades dessas pessoas.

2 – DEFINIÇÃO TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA).

2.1 – CONHECER PARA COMPREENDER.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento da comunicação social, interação social e comportamentos repetitivos e estereotipados. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (APA), o TEA é caracterizado por um conjunto de sintomas e apresentações clínicas que variam em intensidade e gravidade, incluindo dificuldades na comunicação, no uso da linguagem, na interação social e no comportamento. Ainda segundo a APA, o diagnóstico do TEA é baseado na observação cuidadosa dos comportamentos e na avaliação dos sintomas por meio de testes e entrevistas clínicas.

O TEA é um tema de grande relevância para a sociedade e, especialmente, para os profissionais que atuam na área da saúde e da educação. A compreensão das particularidades do TEA é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção e apoio às pessoas com esse transtorno e suas famílias. Nesse contexto, as citações de autores especializados no tema podem contribuir para uma abordagem mais precisa e embasada do assunto.

Com relação às diferentes manifestações no desenvolvimento da criança autista, pode-se citar o depoimento dos pais de uma criança paciente ao médico Doutor Leo Kanner, autor de um histórico artigo: "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo".

Donald T. foi avaliado pela primeira vez em outubro de 1938, com a idade de cinco anos e um mês [...] 'Comer', dizia o relatório (dos pais), 'foi sempre um problema para ele. Essa criança nunca demonstrou um apetite normal. Ver as crianças comendo doces ou sorvete nunca constituiu uma tentação para ele'. Com a idade de um ano, cantava ou murmurava de boca fechada algumas melodias com perfeição. Antes dos dois anos de idade, tinha uma memória invulgar para rostos e nomes, sabia o nome de um grande número

de casas de sua cidade natal. A família o encorajava a aprender e recitar pequenos poemas e até decorou o Salmo XXIII e vinte e cinco perguntas e respostas do catecismo presbiteriano. Os pais observaram que ele não aprendia a perguntar ou responder perguntas a menos que contivessem rimas ou coisa parecida, e então quase nunca perguntava nada a não ser com palavras isoladas. (KANNER, 1997, p.12).

Ainda como exemplo da diferente evolução no desenvolvimento da criança, há um trecho de um artigo do médico Hans Asperger que relata o depoimento de uma mãe, cujo paciente é denominado Fritz Z, que na época tinha seis anos. A mãe diz que a criança demorou para aprender rotinas práticas do cotidiano, mas em compensação, aprendeu a falar muito cedo; a partir dos 10 meses, já dizia suas primeiras palavras. No entanto, tinha um comportamento agitado e destrutivo: tudo o que caía em suas mãos era rasgado, quebrado, destruído; não obedecia a regras, fazia somente o que queria ou o oposto daquilo que lhe era pedido (ASPERG, H. (1991)).

Segundo relato de uma mãe, seu filho demonstrava habilidades motoras incomuns, como equilibrar-se e dar piruetas, mas não pronunciava palavras até os dois anos e meio. A partir de pesquisas, observou-se que o autismo, atualmente nomeado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresenta múltiplas facetas que dificultam seu diagnóstico imediato. Mello (2000) afirma que o autismo surge tipicamente antes dos três anos de idade e se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, os quais foram chamados de Tríade por Lorna Wing e Judith Gould (1979). Esses desvios, quando aparecem juntos, caracterizam o autismo e são responsáveis por um padrão de comportamento restrito e repetitivo, mas com condições de inteligência que podem variar do retardo mental a níveis acima da média. A incidência do autismo varia de acordo com os critérios adotados por cada estudo, sendo que a Autism Society of America (1999) indica uma incidência de 1 em 500, enquanto um estudo conduzido por Bryson e Col aponta para uma proporção de 1 em 1000 crianças nascidas. O DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais), da Associação Americana de Psiquiatria (2013), classifica o TEA em graus leve, moderado ou severo.

Conforme Cunha (2012, p. 20), o autismo é caracterizado por um conjunto de comportamentos que se agrupam em uma tríade principal, a qual inclui

comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas e repetitivas. Kanner observou que crianças com autismo apresentavam inabilidade no relacionamento interpessoal, atrasos na aquisição da fala e dificuldades motoras, o que diferenciava essa condição de outras patologias.

Algumas crianças com autismo possuem altas habilidades em áreas específicas de desenvolvimento, como habilidades motoras, musicais, facilidade com cálculos e memória fotográfica, entre outras. No entanto, os interesses restritos e comportamentos repetitivos do indivíduo com TEA tornam desafiadora a conduta pedagógica com esse aluno. Rodrigues (2010, p. 106-107) descreve um caso em que um adolescente com autismo tinha interesse pela água e que, ao observar sua interação com o ambiente, o autor utilizou essa fixação para estabelecer um vínculo e promover práticas simples de interação

As características que diferenciam os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo definição da National Society for Autistic Children (NASC) e da American Psychiatric Association, incluem anormalidades no ritmo de crescimento e na aquisição de habilidades físicas, sociais e de linguagem, respostas anormais aos sentidos, ausência ou atraso de fala ou de linguagem e modo anormal de relacionamento com pessoas, objetos, lugares ou fatos. Para reconhecer esse transtorno, Minetto e Facion (2010) apontam 14 sintomas cardeais, como não se misturar com outras crianças, resistir a mudanças de rotina e usar as pessoas como ferramentas. Asperger (1944) descreveu a síndrome que leva seu nome como a presença de crianças inteligentes, mas inacessíveis, com problemas de contato, falta de intuição e empatia. Para ele, as crianças com autismo apresentam inteligência normal, mas falham na formação de relações sociais. Essa visão é relevante para entender as particularidades do TEA e pode contribuir para estratégias de intervenção mais eficazes.

2.1 – CONHECER E COMPREENDER PARA GARANTIR O DIREITO DO ENSINO DE QUALIDADE.

A LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases), após a Conferência Mundial sobre necessidades especiais realizadas pela UNESCO em Salamanca, Espanha (1994) que contou com a presença de 92 países e 25 organizações internacionais, onde se discutiu e formulou-se o mais complexo documento sobre inclusão na educação, passou a assegurar direitos aos educandos com necessidades especiais.

Atualmente as políticas para educação especial apresentam um compromisso com novas abordagens da inclusão. Onde as necessidades especiais são compreendidas em virtude de deficiência mental, visual, auditiva, físico-motora e múltipla; e ainda, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos neurológicos, psiquiátricos, bem como altas habilidades e superdotação. Conforme vê-se na Declaração de Salamanca (1994):

O Princípio da Inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos, que celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda as necessidades individuais. Toda criança tem o direito fundamental à educação e devem ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; Cada criança possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizado que são próprias, por estas razões, os sistemas de educação e os programas educativos devem ser planejados e implementados, tendo em vista a diversidade destas características e necessidades; Todas as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, e estas devem se adequar através de uma pedagogia centrada na criança; As escolas regulares, que seguem esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, e criar comunidades abertas e solidárias.

O ensino inclusivo em seu sentido mais amplo, trata-se da prática da inclusão de todos os alunos, independente de talentos, habilidades ou deficiências. Respeitando a individualidade de cada um em escolas regulares, salas provedoras e com profissional qualificado.

A Lei Nº 9394/96, institui no Art. 58, parágrafo 1º que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às

peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996). E no art. 59, inciso III, que:

[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Constando também no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no capítulo IV, art.54, inciso III que “[...] é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. ” (BRASIL,1990).

A Lei nº 12.764/12 – Lei Berenice Piana¹ institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua consecução. Em seu Art. 3º, estabelece os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista constando nos incisos III, IV e no Parágrafo único, bem como no Art. 7º, fica estabelecido que:

[...] o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; o atendimento multiprofissional; [...] informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. O acesso à educação e ao ensino profissionalizante; [...]. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º (vetado), terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

E no Art. 7º temos: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. ” (BRASIL, 2012). Regulamentado por leis o direito à inclusão e devida participação na rede regular de ensino à pessoas com Transtorno do espectro Autista (TEA, é possível tratarmos de práticas e estratégias expostas por alguns autores estudados que apontam caminhos para que a conduta do professor e demais em sala de aula possa cumprir seu papel juntamente com todo o ambiente escolar de promover o desenvolvimento integral

¹ Berenice Piana é mãe de Dayana S. Piana, autista, ela luta pelo direito dos portadores desta síndrome.

desta criança, evitando a exclusão destas também dentro do contexto escolar e favorecendo não apenas seu ingresso na rede regular de ensino bem como, sua permanência.

Testemunhos encontrados em pesquisa foram relatados pela colunista Fausta Cristina, publicados no jornal eletrônico O Globo:

[...] testemunhei a expulsão de um lindo menino com autismo, de dez anos de idade, de uma escola particular em Porto Alegre. [...] entretanto, a escola deixou claro que não pretendia incluir e, com todas as letras, pediu que a mãe arranjasse outra escola, de preferência uma escola especial. " (FAUSTA, 2012, S/P).

Como podemos notar a inclusão do aluno autista no ensino regular ainda não é das mais satisfatórias.

O filho foi diagnosticado com transtorno do espectro autista [...] e ela foi orientada a matriculá-lo, o mais rápido possível, no ensino regular, para ajudá-lo a se desenvolver. Assim o fez, em junho do ano passado. No entanto, por diversos problemas, Tom já está na terceira escola. " (RODRIGUES, O Globo, 2013, s/p).

Segundo Lopes (1997) a expressão educação inclusiva reenvia à ideia segundo a qual, mais do que integrar no ensino regular crianças que dele estariam excluídas, trata-se de a escola incluir desde o início todas as crianças em idade escolar, quaisquer que sejam as suas características físicas, sociais, linguísticas ou outras e aí as manter, evitando excluí-las e procurando oportunidades de aprendizagem eficaz para todas, graças à diferenciação de estratégias que se impuser.

Parafraseando Rodrigues (2003), com a escola inclusiva, os alunos todos os alunos, estão na escola para aprender e participar. Não sendo apenas a presença física e sim fazer parte da escola do grupo, de tal maneira que o sujeito se sinta parte da escola e ela sinta-se responsável pelo aluno. Desta forma o grande desafio na inclusão da criança autista não é apenas o seu ingresso na rede regular de ensino bem como a adequação da escola e a capacitação dos profissionais de educação para

garantir o sucesso desta inclusão considerando o desenvolvimento integral deste aluno dentro do contexto escolar.

Segundo Gauderer (1987) as crianças com autismo, apresentam dificuldades de aprender assim como utilizar corretamente as palavras, mas quando há uma participação em aulas programadas essas sendo intensas e com rotinas observam-se mudanças, habilidades de linguagem, sendo também motoras e interação social perceptíveis em seu maior desenvolvimento de ensino aprendizagem.)

Havendo assim a necessidade de buscarem-se métodos específicos para o ensino aprendizagem da criança com autismo desenvolveu-se um método denominado como TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações).

Segundo pesquisas o método TEACCH foi desenvolvido nos anos 60 no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, pelo Dr. Eric Schopler e colaboradores. Atualmente é muito utilizado em várias partes do mundo, este método utiliza uma avaliação chamada Perfil Psico Educacional Revisado (PEP-R) para avaliar a criança, qualifica seus pontos fortes bem como suas maiores dificuldades, desta forma torna possível uma intervenção feita de maneira individual de acordo com a demanda de cada sujeito. Neste método a organização do ambiente físico é feita através de rotinas que são organizadas em quadros, painéis ou agendas, e também, sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-lo, e o que se espera dela. Através desta organização do ambiente e das tarefas da criança, este método visa o desenvolvimento a independência da criança, que precisará do professor para aquisição de novas aprendizagens, sendo que há uma série de regras e lembretes que facilitará o relacionamento entre o professor e a criança autista.

O principal objetivo do trabalho com crianças autistas é ensinar coisas funcionais de maneira que a interação da criança com objetos e com situações do meio deve ser integrada aos cuidados pessoais e ao lazer para socialização.

De acordo com os materiais estudados, as crianças autistas parecem aprender e entender melhor através da visão do que da audição, sendo de suma importância a exposição desde cedo destas crianças a estes estímulos visuais.

Para Santos (2008) são condutas importantes ao professor atender prontamente toda vez que a criança autista tentar expressar-se através do diálogo, favorecendo sempre a relação e interação entre professor e aluno, e o docente sempre

de forma paciente e constante no processo de comunicação com o aluno autista. De acordo com Kanner (1943), é importante que os professores entendam que as crianças autistas possuem uma dificuldade de estabelecer contato visual e que isso não significa desinteresse ou desrespeito. Portanto, é fundamental que o professor utilize técnicas e estratégias específicas para se comunicar com o aluno autista e assim, garantir o seu aprendizado e desenvolvimento.

Segundo Kanner (1943), é necessário que os professores compreendam que as crianças autistas apresentam dificuldades na comunicação e interação social, o que pode incluir a dificuldade em estabelecer contato visual. Dessa forma, é importante que o professor utilize técnicas específicas para estabelecer uma relação de segurança, confiança e amor com o aluno autista. Entre essas técnicas, pode-se destacar a importância de ir até o aluno quando ele não atender ao chamado do professor, pegar em sua mão e encaminhá-lo para fazer aquilo que lhe foi solicitado, bem como elogiar e reforçar positivamente o comportamento do aluno quando ele conseguir realizar uma tarefa. Além disso, pode ser necessário segurar gentilmente o rosto do aluno e virá-lo para si, visando estabelecer contato visual. Nesse sentido, o professor deve estar preparado para persistir de forma paciente e constante no processo de comunicação com o aluno autista, garantindo assim o seu aprendizado e desenvolvimento.

Peeters (1998) nos diz que o programa de uma criança autista deve ser adequado ao seu potencial, idade e interesse, fazendo-se necessária a intervenção rápida do professor quando este aluno estiver realizando uma atividade nova inadequada, mesmo que para isso seja necessário segurar sua mão e até mesmo dizer-lhe a resposta.

O profissional da educação deve buscar contínuo aprimoramento de seu papel para assim poder contribuir com o desenvolvimento integral de seu educando. E para não confundir condutas inadequadas destes alunos com formas de indisciplina e desta maneira auxiliar também no diagnóstico desta síndrome.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são

preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (SANTOS, 2008, p. 9)

Para Mantoan (2004) a inclusão necessita de uma mudança frente às diferenças do ser humano de toda sociedade, e ainda frisa que para dar certo o professor desta criança com necessidades especiais precisa estar aberto a essas mudanças e disposto a trabalhar neste processo, cabendo ao professor buscar esta capacitação para melhorar atender às necessidades de seus alunos.

Podemos notar na lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que incentiva os professores a terem uma capacitação para lidar com os alunos com TEA de forma que não é obrigado o professor ter este conhecimento de como lidar com estes alunos, mas saber que grande parte do sucesso do processo de inclusão estará em suas mãos e que isto dependerá de buscar esta capacitação tão necessária.

Atentando para o fato de que estas crianças têm o direito de serem bem acolhidas e o de receber educação de qualidade visando seu pleno desenvolvimento, ou seja, visando a tentativa de aprendizagem destas crianças.

Ainda de acordo com a Lei citada acima, em seu artigo 3º, parágrafo IV vê ainda que “todo autista tem direito à educação e ao ensino profissionalizante” (BRASIL, 2012).

Para Berehff (1994), educar uma criança autista constitui-se num grande desafio, ao mesmo tempo em que é um grande privilégio, pois será uma experiência que levará o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional.

Sabendo que, os sujeitos com TEA, possuem dificuldades que afetam algumas áreas, o que dificulta sua capacidade de interação social, linguagem, comunicação, o professor deve promover suas práticas educativas de maneira a respeitar estas limitações, mas sempre com um olhar de tentar superá-las.

Tendo em vista considerações anteriores as pessoas com TEA tem uma percepção visual mais apurada e, assim sendo, o professor pode fazer uso desta via para planejar e executar atividades onde a visão possa ser mais explorada. A oralidade deve ser utilizada com frases curtas, pois o autista possui dificuldade com a linguagem oral. Bem como, promover atividades utilizando-se do interesse destes

alunos sobre determinados temas e preferências para que, desta forma, seja maior e mais prazeroso realizar as atividades propostas.

Muitas das crianças autistas incomodam-se com sons e ruídos altos, desta forma, sempre que possível estes devem ser evitados, até mesmo a voz do professor precisa ser a mais branda possível de maneira que seja agradável. O cantar de maneira agradável torna-se também um recurso que poderá ser utilizado como forma de aprendizagem.

Quando houver muita dificuldade com a coordenação motora no processo de alfabetização, por exemplo, uma solução pode ser o uso de um computador, pois, pode despertar interesse, a criança sentirá prazer em executar as atividades.

De acordo com Schwartzman e Assunção (1995), é de responsabilidade do professor conhecer o perfil do aluno a fim de identificar as estratégias pedagógicas que serão mais efetivas para o seu processo de aprendizagem. Dessa forma, é possível estabelecer laços de afeto, confiança e respeito entre professor e aluno, elementos fundamentais para uma relação saudável e produtiva na sala de aula. É importante ressaltar que quanto mais significativas forem as atividades propostas pelo professor para a criança, maiores serão as chances de sucesso na promoção de novas aprendizagens. Considerando pesquisa sobre o comportamento da criança autista e métodos para seu desenvolvimento eficaz, foi utilizado como referência um artigo intitulado "Cartilha Autismo e Educação", de autoria de Bruni (2013), descreve o professor como sendo o principal responsável pelo processo de aprendizagem do aluno autista, e ainda nos traz diversas sugestões de como o trabalho com a criança autista pode ser mais efetivo em sala de aula. Nesta cartilha vemos um texto que exemplifica o comportamento de uma criança autista no que diz respeito à importância que há na rotina para estas crianças, pois necessitam ter previsibilidade do que irá acontecer e desta forma sentirem-se mais calmas e seguras. Mostra-nos também a maneira como percebem o mundo que as cerca e o que de fato entendem daquilo que está sendo dito pelo professor em sala de aula.

Todos os dias vou para a escola de mãos dadas com a minha mãe, nós saímos pela porta às 11h53, apertamos o botão para chamar o elevador, ele chega em 26 segundos, abro a porta e entro, a minha mãe entra logo atrás de mim. Eu carrego a minha lancheira e minha mãe leva a minha mochila, pois é pesada e ela sempre pede para que eu não carregue muito peso, então ela leva a minha mochila por causa disso. Já dentro do elevador aperto o 'T', quando a porta abre, saio correndo e minha mãe diz: "João, devagar"! O

porteiro abre o portão logo que começamos a descer o primeiro degrau. Saímos e viramos à direita, passamos por uma casa com muro amarelo, por uma padaria, espero o semáforo ficar vermelho, olho para os dois lados e, se não tiver carros em movimento, atravesso a rua. Ando 30 metros e já dou no muro da minha escola. Quando chego, o Déda diz 'oi' e respondo 'oi', em seguida falo 'tchau' para a minha mãe e entro na escola carregando a minha lancheira e a minha mochila. Carrego a minha mochila pois é rápido, preciso dar apenas cinco passos com ela. Deixo a minha mochila e a minha lancheira no ganchinho com o meu número e ando em direção à minha sala". "Não consigo prestar atenção à professora se alguém interrompe a minha ordem ou não responde como a professora pediu. Quando ela me avisa que a resposta pode ser diferente ou senta comigo e me mostra como vai ser daqui para a frente, eu continuo contando, mas me sinto mais calmo e, hoje, já consigo ouvir o resto da aula. (BRUNI, Cartilha Autismo e Educação, p.18,2013)

Também vemos outro pequeno texto que reintegra ainda mais a condição da criança autista no que diz respeito aos sons e ruídos e a necessidade que possui de que as ordens verbais sejam claras e diretas.

Alguns barulhos me incomodam muito. Na sala de aula quando todos falam juntos é difícil entender se eles estão alegres, brigando, se tenho que permanecer sentado ou se é necessário sair da sala! Quando alguém me estende a mão, não sei o que ela quer: se quer me dar alguma coisa, se quer alguma coisa minha ou se vai me ajudar a levantar. Agora, se você me diz exatamente o que está acontecendo e o que quer de mim, isso me alivia muito! Preciso de legenda, entende? (BRUNI et al., Cartilha Autismo e Educação, p.18,2013).

Segundo esta Cartilha (BRUNI et al., 2013), o professor precisa partir do princípio de que para que haja aprendizagem é preciso adequar-se aos comportamentos, e certas habilidades por parte do educando. Para que seja eficaz o aprendizado do aluno é necessário estratégias para que habilidades básicas sejam desenvolvidas como, manter-se sentado por pelo menos 15 minutos, responder ao chamado do nome, olhar para a pessoa que está solicitando sua atenção, compreender instruções simples de maneira direta (ao aluno) e indireta (ao grupo), comunicação vocal ou por figuras para o uso do banheiro e beber água, imitar ações, identificar e parear figuras; através da aquisição destas habilidades o próximo passo será o da aquisição de aprendizagem.

Uma estratégia que não pode deixar de ser citada é aquela que visa a contornar ou diminuir as birras, comportamentos agressivos ou mesmo a apatia que acomete as crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Conforme estudos, percebemos

que a análise do comportamento, denomina estratégia de: aprendizagem sem erro, na qual a professora deverá planejar a sequência gradativa de ensino, e desta forma evitar o erro, o que sempre propiciará uma aprendizagem evitando o processo de tentativa e erro. Esta aprendizagem sem erro é caracterizada por um conjunto de procedimentos organizados de forma que reduza o acontecimento de erros. O aluno deverá receber ajuda para realizar a resposta correta em cada etapa daquilo que se está sendo pedido, fazendo uso de dicas, por exemplo, sempre buscando a resposta correta. As dicas são usadas de maneira máxima à mínima até chegar ao ponto em que a criança não precisará mais destas dicas para a realização daquilo que está sendo proposto. Sendo estas dicas classificadas da seguinte forma:

- Ajuda Física (AF): aquela na qual o professor deveria pegar a mão da criança e fazer todo o movimento que está sendo pedido na atividade com ela seja escrita ou desenho;

- Ajuda Leve (AL): o professor deverá dar um toque no braço ou na mão da criança em direção à caneta;

- Ajuda Gestual (AG): o professor deverá apontar para o que a criança deve fazer como, por exemplo, apontar para a caneta se caso queira que o aluno a pegue;

- Independente (I): neste caso a aluno realiza a ação sozinha quando solicitada verbalmente pelo professor.

Nesta abordagem descrita conforme a Cartilha Autismo e Realidade (BRUNI et al., 2013) vemos que o professor deve interferir no processo de aprendizagem de maneira que o aluno não erre aquilo que está tentando executar, sendo necessária a realização da atividade proposta pelo professor várias vezes até que se alcance o resultado esperado e realizado de maneira independente sem precisar mais do apoio do professor.

2.1.1 NECESSIDADES OU DEFICIÊNCIA.

Considera-se de grande importância a diferenciação entre um sujeito com necessidades ou deficiência, entende-se que são distintos.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a deficiência é definida como “um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de

condições com as demais pessoas”. Dessa forma, é importante destacar que a deficiência não está relacionada apenas às limitações físicas, mas também às limitações intelectuais e sensoriais.

Nesse sentido, é importante diferenciar a pessoa com deficiência da pessoa com necessidades especiais. A pessoa com deficiência possui uma limitação que a impede de realizar determinadas atividades em igualdade de condições com as demais pessoas, enquanto a pessoa com necessidades especiais tem uma demanda específica que pode ser suprida por meio de adaptações ou recursos especiais. Portanto, o termo correto para se referir a essas pessoas é pessoa com deficiência ou pessoa com necessidades especiais, dependendo do contexto.

Em relação à linguagem utilizada na inclusão de pessoas com deficiência, Sassaki (2013) destaca a importância de se evitar termos que reforcem estereótipos ou preconceitos. Além disso, é necessário utilizar uma linguagem acessível e respeitosa, que valorize a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência. A linguagem adequada contribui para a construção de uma sociedade inclusiva e para a promoção da igualdade de direitos.

Conclui-se, portanto, que a linguagem utilizada na inclusão de pessoas com deficiência é um aspecto fundamental para a promoção da igualdade de direitos e para a construção de uma sociedade inclusiva. É necessário utilizar termos corretos e evitar estereótipos ou preconceitos, valorizando a autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência. Assim, pode-se contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

As necessidades especiais não são exclusivas de pessoa com deficiência, mas a deficiência pode ser causa determinante.

Muitas pessoas sem deficiência também podem deparar-se com necessidades especiais. A propósito, cerca de 80% das pessoas com necessidades especiais não tem deficiência. Exemplos de pessoas sem deficiência que têm necessidades especiais: meninos tirados do trabalho infantil, meninas tiradas da prostituição, indígenas frequentando escolas comuns. (KASSUMI, 2013, pg.11)

Segundo Sasaki (2013) as necessidades especiais podem ser específicas, dependente do ambiente, sendo no ambiente escolar chamado de “necessidades educacionais especiais”, mas esses podem variar podendo ser profissionais se essa for no trabalho ou até mesmo lazer, chamando-se de “necessidades de recreação especiais”. Tendo em vista o ponto de vista do autor deve considerar que uma pessoa pode ter necessidade especial em alguma coisa, mas não o caracteriza com necessidade em outras.

Começamos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá apenas um termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto está evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência. (SASSAKI, 2013, pg.8).

Considerando o ponto de vista do autor, a sociedade está em constante transformação e conforme a inclusão de valores vai aumentando na sociedade, essa modifica sua maneira de falar e de enxergar as situações. Entende-se que todos em algum momento temos a necessidade de algo, então essa não seria a colocação correta para um sujeito cujo desenvolveu uma deficiência ou até mesmo nasceu com ela.

“Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas. Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas. E esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13/12/06 e a ser ratificado posteriormente através de lei nacional de todos os Países-Membros. No Brasil, este tratado foi ratificado, com equivalência de emenda constitucional, através do Decreto Legislativo n. 186, de 9/7/08, do Congresso Nacional.” (SASSAKI, 2003, pg.11)

De acordo com Sasaki (2003, p. 13), os movimentos pela inclusão concluíram que é importante chamar as pessoas que possuem alguma deficiência de “pessoas com deficiência”. Isso porque essa nomenclatura não esconde ou camufla a

deficiência, mostra com dignidade a realidade da deficiência, valoriza as diferenças e necessidades decorrentes dela, combate eufemismos e defende a igualdade de direitos e dignidade entre as pessoas com e sem deficiência. Nesse sentido, é necessário equiparar as oportunidades para as pessoas com deficiência, levando em conta suas diferenças individuais e necessidades especiais, as quais não devem ser ignoradas.

Segundo Sassaki (2003), a nomenclatura ou a maneira que se refere vai além de se relacionar uma deficiência ou a deficiência, é questão de respeitar a individualidade de cada um.

A tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra “portadora” (como substantivo e como adjetivo)”. “A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portador” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Por exemplo, não dizemos e nem escrevemos que certa pessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena. Uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, deliberada ou casualmente. Por exemplo, uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir. Não se pode fazer isto com uma deficiência, é claro. A quase totalidade dos documentos, a seguir mencionados, foi escrita e aprovada por organizações de pessoas com deficiência que, nos debates para a elaboração do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estão chegando ao consenso quanto a adotar a expressão “pessoas com deficiência” em todas as suas manifestações orais ou escritas. (SASSAKI, 2003, pg.11).

Considerando o direito de escolha de cada indivíduo salienta-se a importância do sujeito ser chamado pelo nome, sendo isso de fundamental importância segundo estudos, da mesma forma o educador deve estar ciente de que tratar o indivíduo segundo sua deficiência e não mais alguém com uma necessidade é primordial para um ensino-aprendizagem amplo e que respeita as dificuldades de cada um.

Subentende-se que educação de qualidade se dá preferencialmente e primeiramente através do respeito ao individualismo e o querer do outro, sendo assim o início da conscientização de que deve –se buscar a união dos povos para um mundo mais justo e acessível a todos.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema que envolve diversas facetas ainda desconhecidas pela ciência. Por meio de estudos realizados por médicos e outros profissionais, caminhos estão sendo traçados para o entendimento deste transtorno, que se inicia na mais tenra infância e perdura por toda a vida do indivíduo com TEA. Compreender o Autismo, suas características, formas de tratamento, incidência, causas e dilemas enfrentados pelos autistas e suas famílias, é de grande importância para a inclusão adequada desta criança no contexto escolar e, precisamente, na sala de aula. Infelizmente, a realidade da inclusão destas crianças ainda está longe de ser a merecida por elas e suas famílias, mesmo com a existência de leis que visam à inclusão.

Considerando a realidade do aluno autista na escola, em particular na sala de aula, percebe-se que ainda há uma grande distância entre o que é necessário para garantir o direito da criança a um desenvolvimento integral no ambiente escolar e o que é oferecido na prática. As características muitas vezes imprecisas da síndrome contribuem para a dificuldade em instituir um diagnóstico e levam os alunos a dependerem muitas vezes apenas do professor titular da sala até que seja possível contar com um profissional especializado, capacitado e individualizado para atuar com este aluno.

Infelizmente, na realidade, vemos muitas vezes um aluno considerado incapaz de realizar as tarefas propostas e portador de comportamentos inadequados e muitas vezes inaceitáveis, chegando à escola trazido pelos pais, que muitas vezes também não possuem informações precisas sobre a situação do filho. A condição é frequentemente dada pelo diagnóstico ainda não concluído, pela não aceitação da situação e por outros fatores.

A pesquisa demonstra que quanto mais cedo o aluno autista estiver inserido no contexto escolar, mais benefícios ele terá em seu desenvolvimento, pois algumas estimulações costumam ser mais eficazes no início da infância, sendo mais difícil obter resultados tão bons com o passar do tempo.

Os autores estudados citaram em seus trabalhos muitas vezes como é para o professor acolher um aluno autista. Embora seja garantido por lei o direito a uma educação de qualidade com um profissional devidamente capaz e habilitado para acompanhar essa criança, não é obrigação do professor buscar essa capacitação. Portanto, quando o aluno chega à sala de aula, a descoberta acontece para ambos, e o professor perceberá, na prática, a real necessidade de buscar capacitação para o acompanhamento desse aluno.

O professor é o maior fator determinante para o sucesso da inclusão e aprendizagem do aluno autista. O contato com essa criança deve ser realizado de maneira que professor e aluno construam uma relação de confiança, respeito e afeto, para que a supressão ou contenção dos comportamentos inadequados e a aprendizagem possam ocorrer. A relação professor-aluno deve funcionar como uma ponte entre os dois, e se não for estabelecida dessa maneira, as chances de inclusão, aprendizagem e permanência do aluno autista na escola serão comprometidas.

Os estudos mostram que os portadores do Espectro Autista podem e precisam avançar na aquisição de aprendizagens, dependendo do grau de comprometimento, eles têm condições de serem atuantes na sociedade em que estão inseridos, tendo também direito garantido por lei a uma educação voltada para a inserção no ambiente de trabalho. A construção assertiva dessa suposta ponte entre o professor e o aluno autista, identificando adequadamente as dificuldades que serão enfrentadas, principalmente pelos dois neste processo de inclusão e aprendizagem, exigirá do professor perseverança, paciência e afeto para ajudar a criança, adolescente ou adulto autista a desenvolver suas capacidades e oportunidades no decorrer de sua vida.

A inclusão é direito de todos os alunos, independente da deficiência que os acometa. O grande desafio apresentado não só ao professor, mas a toda sociedade e a todos os profissionais que atuam no ambiente escolar é o de transpor para a prática, para a realidade aquilo que está presente no papel.

Se todos os interessados, pais, professor, diretor, coordenador pedagógico e todos os demais funcionários da escola se envolverem no acolhimento desta criança, será possível desenvolver estratégias no cotidiano que tornem esta convivência entre todos mais construtiva. De maneira que serão vitórias relevantes para todos os

envolvidos, pois muitas das concepções sobre o desenvolvimento das crianças de uma forma geral, papel da escola, papel dos pais, papel do professor, serão profundamente modificados com a inclusão e permanência do autista na escola.

Com a união de todos, será possível buscar informações, conhecimentos, quadro de funcionários de apoio, se assim for necessário, e a tão necessária capacitação profissional que terá o poder de contribuir efetivamente na construção de uma vida melhor para este aluno.

Conforme as pesquisas feitas no decorrer deste trabalho vêm que algumas dicas podem auxiliar o professor nesta tentativa de melhorar a condução de suas aulas, sendo elas medidas como a redução do número de alunos por turma, rotinas de trabalhos devem ser criadas para que o aluno autista consiga situar-se nas situações do cotidiano e desta maneira evitar mudanças bruscas dentro desta rotina que ele estará acostumado a seguir; a arrumação da sala também se torna algo importante. A busca pela inclusão deve ser fomentada por educadores, pais e órgãos responsáveis, mas deve ser salientada a necessidade de aperfeiçoamentos de educadores para que seja verdadeiramente obtida a inclusão, pois, se não se buscar conhecimento e estratégias para que seja verdadeiramente disponibilizada uma educação de qualidade, sendo esta adequada para cada criança.

A interdisciplinaridade deve existir em sala de aula sendo ela regular ou com casos de inclusão onde o conhecimento e prática docente faz a maior diferença.

A busca pela educação de qualidade deve ser diária, considerando os tempos vividos onde a tecnologia está em constante modificação essa que é um problema para alguns, mas pode ser uma grande aliada da educação, pois, proporciona condições de descobertas em segundos e sendo assim o educador deve fazer com que as comodidades do mundo moderno o abram caminhos para uma prática moderna, inclusiva, ou seja, uma educação de qualidade,

4 – REFERÊNCIAS

ASPERG, H. (1991). **Psicopatia autística na infância**. Em U. Frith (Ed.), *Autismo e síndrome de Asperger* (pp. 37-92). Londres: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1944.).

ASSUMPÇÃO, F. B. Junior; SCWARTZMAN, José Salomão. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Lei 12764/12, 27 de dezembro de 2012. **Lei de Proteção específica do autista**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 06 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Lei 9394/96, 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 07 out. 2022.

BRUNI, Rita Ana et al. **Cartilha Autismo e Educação**. [S.l.]: [s.n.], 2013. 24 p. Disponível em: <https://www.poa.ifrs.edu.br/site/assets/files/3538/cartilha-autismo-educacao.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022. Pág. 18.

AUTISMO&REALIDADE – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E APOIO. Cartilha Autista na Escola. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_autismo/aut_diversos/Cartilha-AR-Out-2013%20-%20autista%20na%20escola.pdf. Acesso em: 08/10/2022.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FAUSTA, Cristina. **Vida mais livre. Um triste caso de exclusão escolar**. Disponível em: <https://www.vidamaislivre.com.br/colunas/um-triste-caso-de-exclusao-escolar/>. Acesso em: 07/10/2022.

FONSECA, Maria Elisa Granchi; CIOTA, Juliana de Cássia Baptistella. **Vejo e aprendo**. 2 ed. Editora Book Toy, 2016.

GALVÃO, Simone do Valle. **A prática pedagógica diante da inclusão do aluno com autismo em uma escola comum**. Monografia de graduação em Pedagogia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Centro de Educação e Humanidades, 2014.

KANNER, L. **Os distúrbios do contato afetivo**. In: ROCHA, P.S. (Org.). Autismos. São Paulo: Escuta, 1997. p. 111-170. (Trabalho original publicado em 1943).

LOPES, M. C. **A Educação Especial em Portugal**. Braga: Ed. APPACDM, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2004. ISBN: 8516029583.

MELLO, Ana Maria S. Ros. **Autismo: guia prático**. Brasília: CORDE/AMA, 2000. ISBN: 8574960108

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 07/10/2022.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim et al. **Diversidade na aprendizagem de pessoas com necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010. ISBN: 9788536508806.

PEETERS, Theo. **Autismo: entendimento teórico e intervenção educacional**. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1998. ISBN: 9788570062976.

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva: as boas e as más notícias**. In: RODRIGUES, D. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. p. 17-36. ISBN: 978-9720309643.

RODRIGUES, J.M.C.; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wake, 2010. ISBN: 9788578540733.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: desafio na alfabetização**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 44, p. 447-460, jul./set. 2012. ISSN 1980-5470. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/3802>. Acesso em: 16 abr. 2023.